

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, PROTAGONISMO DAS MULHERES E VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA “RECREIO”, FILADÉLFIA (TO)

SEXUAL DIVISION OF LABOR, PROTAGONISM OF WOMEN AND ENVIRONMENTAL VULNERABILITY IN THE SETTLEMENT OF THE AGRARIAN REFORM “RECREIO”, FILÁDELFA, TOCANTINS STATE, BRAZIL

Fernanda Pereira de Brito^I 

Tatiane Marinho Vieira Tavares^{II} 

Elk Karine Alves da Silva^{III} 

^I Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil. Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: nanda_18brito@hotmail.com

^{II} Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil. Doutora em Geociências. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: tatianetavares@uft.edu.br

^{III} Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: elkkarinesilva@gmail.com

Resumo: A aplicação do projeto de extensão intitulado *Desenvolvimento social e aplicação de tecnologias sociais em ações multidisciplinares na Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (Filadélfia-TO)* permitiu conhecer a realidade do Programa de Assentamento (PA) Recreio. Por ser um assentamento da Reforma Agrária, questionou-se, inicialmente, a produção no assentamento, a participação de famílias em algum programa destinado à agricultura familiar. A intenção era fortalecer e dar visibilidade à produção local por meio de orientações sobre a economia solidária, a agricultura familiar e a realização de uma feira para a exposição da produção. Contudo, em meio à pandemia da COVID-19, algumas visitas de campo foram realizadas, o que permitiu colher informações importantes sobre o PA, e, neste sentido, houve a necessidade de reestruturar o projeto. Por serem as mulheres as principais protagonistas na recepção da extensão, optou-se, às teorizações da Divisão Sexual do Trabalho e do Desenvolvimento humano. Como procedimento metodológico, fez-se uso das visitas às propriedades, roda de conversa, aplicação de questionário às participantes e outras observações tomadas junto à informante. Os resultados apontam para a produção e a criação de animais para o consumo e a venda pelas mulheres, em pequenas quantidades, devido às dificuldades enfrentadas no âmbito da ausência de água potável para ingestão e outros usos, na dificuldade de mobilidade da produção e da participação de políticas públicas da agricultura familiar para a obtenção de renda e a própria invisibilidade de seus trabalhos.

Palavras-chave: Assentamento Recreio. Reforma Agrária. Divisão sexual do trabalho. Mulheres. Unidade de Conservação Integral (MONAF).

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i35.542>

Submissão: 31-05-2021

Aceite: 08-09-2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Abstract: The implementation of the extension project entitled “Social development and implementation of social technologies in multidisciplinary actions at the Tocantins Fossil Trees Natural Monument (Filadélfia, Tocantins State, Brazil)” made it possible to know the reality of the Recreio Settlement Program (SP). As it is an Agrarian Reform settlement, at first, we questioned the production in the settlement and the participation of families in programs aimed at family farming. The intention was to strengthen and give visibility to local production through guidance on the solidarity economy, family farming, and the accomplishment of a fair for the exhibition of production. However, amid the COVID-19 pandemic, field visits were made, allowing the collection of important information about the settlement program, and revealing the need for restructuring the project. As women were the main protagonists in the extension project, we opted for theorizations of the Sexual Division of Labor and Human Development. Methods included visits to the properties, conversation circles, application of a questionnaire to the participants, and other considerations taken from the informant. The results point to the production and raising of animals for consumption and sale by women, in small quantities. This situation is due to the difficulties women face due to the absence of drinking water for consumption and other uses, hardships in the mobility of the production and the participation of public policies of family farming to obtain income, and the invisibility of their work.

Keywords: Recreio Settlement. Agrarian Reform. Sexual division of labor. Women. Integral Conservation Unit (MONAF).

Introdução¹

O Projeto de pesquisa intitulado *Interlocação sociedade e ambiente na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins* foi desmembrado, culminando na construção de um Projeto de extensão². A execução do Projeto de extensão, que ocorreu em 2020, na referida Unidade de Conservação (UC), permitiu, conhecer o Projeto de Assentamento (PA) Recreio. Ressalta-se que detalhes do projeto de extensão podem ser visualizados em Almeida *et al.* (2020).

O Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF), localizado no município de Filadélfia (TO), tem a sua sede no distrito de Bielândia, todavia, sua área estende-se para além do distrito. A UC foi criada por meio da Lei Estadual nº 1.179/2000 (TOCANTINS, 2000b). Os zoneamentos do MONAF estão no plano de manejo (SEPLAN, 2005, ENCARTES

1 O Projeto de pesquisa intitulado *Interlocação sociedade e ambiente na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins* foi desmembrado, culminando na construção de um Projeto de extensão. A execução do Projeto de extensão, que ocorreu em 2020, na referida Unidade de Conservação (UC), permitiu, conhecer o Projeto de Assentamento (PA) Recreio. Ressalta-se que detalhes do projeto de extensão podem ser visualizados em Almeida *et al.* (2020).

2 Projeto de extensão: Desenvolvimento social e aplicação de tecnologias sociais em ações multidisciplinares na Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (Filadélfia-TO).

2, 3, 4), sendo de especial interesse as zonas de uso sustentável e de amortecimento, por conterem o Projeto de Assentamento (PA) Recreio³, objeto de análise.

As pesquisas iniciais no distrito de Bielândia antecedem a existência da UC (TAVARES *et al.*, 2016; IANUZZI *et al.*, 2018; NEREGATO, RÖßLER, NOLL, 2020, RÖßLER *et al.*, 2020; TRÜMPER, GÖTZE, RÖßLER, 2020) e tiveram como foco uma abordagem à Geologia e à Paleontologia da região, em virtude do tráfico de fósseis que ocorria no local (DIAS-BRITO *et al.*, 2009; TAVARES *et al.*, 2016; ALENCAR, 2020).

Outras temáticas têm recebido atenção na UC, especialmente no que tange o escopo social (BRITO, 2019), patrimonial, turístico e ambiental (PEDREIRA; ZIMMERMANN, 2014; JUNIOR, 2014; COSTANTIN, PIRES, JASPER, 2017; SANTOS; MONTEIRO, 2018; MACHADO; SOUZA, 2018; RIBEIRO, SILVA, TAVARES, 2020; ALENCAR, 2020; MOREIRA; MAIA, 2020; CONCEIÇÃO *et al.*, 2020; TAVARES, ALENCAR, FILHO, 2020). Tais pesquisas não fazem menção ao Assentamento Recreio. As informações disponíveis no Plano de Manejo sobre os assentamentos (SEPLAN, 2005, ENCARTES 2, 3, 4), são escassas, e, em alguns trechos, dúvidas, conforme se apresenta:

Foram criados alguns assentamentos do INCRA, tais como: Brejão, Nova Alegria, Tabuleiro, **Recreio e Recreio II, fora da área do Monumento**. [...]. Uma observação com relação a estes assentamentos rurais diz respeito ao Recreio II. Este assentamento é o mais próximo à área do Monumento. A estrada, com extensão de 2500 m, dá acesso ao Recreio I e é considerado, por este fato, potencial gerador de impactos na UC (SEPLAN, 2005, ENCARTE 2, p. 78-79) **[grifo das autoras]**.

Em outro trecho:

Os assentamentos rurais ocorrem na zona de amortecimento da região. São fruto de ações do governo federal. Nesta zona há mais de 04 assentamentos e a queixa é de que acabam por exercer forte pressões na região pois os recursos dessas famílias são precários (SEPLAN, 2005, ENCARTE 3, p. 165) **[grifo das autoras]**.

A ambiguidade se traduz na existência ou não do PA Recreio nos zoneamentos da UC. Em conversa com o inspetor da UC, o Assentamento Recreio está localizado entre dois zoneamentos, quais sejam: a zona de uso sustentável e de amortecimento. A presidente da associação do Assentamento Recreio informou que não se faz menção ao PA Recreio I ou II, apenas Recreio. Algumas tentativas foram feitas na página do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para um melhor conhecimento do assentamento, mas não se obteve êxito. A página encontra-se indisponível para consulta.

Por ser um assentamento da Reforma Agrária, questionou-se inicialmente o que os assentados estavam produzindo, se acessavam algum programa destinado à agricultura familiar e a identificação de eventuais problemas enfrentados. A intenção do projeto era fortalecer e dar visibilidade à produção local por meio de orientações sobre a economia solidária, a agricultura familiar e a realização de uma feira.

3 Informação da localização do PA Recreio em zonas do MONAF, confirmada pelo Inspetor de Recursos Naturais do MONAF, no dia 25-04-2021, por meio do whatsapp.

Contudo, ao longo do desenvolvimento do projeto de extensão, que previu várias ações no assentamento, foi possível observar a situação no PA Recreio. Nesse sentido, se fez necessário a exposição de alguns elementos encontrados no assentamento. Por esse viés expositivo, o *paper* é constituído por três seções principais que se seguem a essa. A primeira aborda os procedimentos metodológicos, que se apresentam por meio de breve incursão sobre o trabalho das mulheres no campo, a área e a natureza da pesquisa que deu ensejo à execução da extensão, os métodos de coleta de dados, por meio das visitas às propriedades, roda de conversa sobre agricultura familiar, aplicação de questionário às participantes e outras observações tomadas junto à presidenta da Associação dos pequenos agricultores. A presidenta foi a informante. A contribuição dela foi imprescindível para expor o projeto de extensão e os objetivos⁴ às assentadas.

Na sequência são apresentados os elementos teóricos. Por serem as mulheres as principais protagonistas na recepção da extensão, o projeto deu ensejo ao diálogo com as moradoras, culminando nas dimensões teóricas da divisão sexual do trabalho e do desenvolvimento humano, não omitindo, contudo, a vulnerabilidade socioambiental em que se encontram. Em seguida, foram apresentadas a descrição da infraestrutura do PA Recreio, a produção e a criação de animais para consumo e venda pelas mulheres e as manifestações na roda de conversa. Por fim, se tem as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

Considerações sobre a execução do projeto de extensão na pandemia

O contexto teórico da Divisão Sexual do Trabalho que destina homens e mulheres para atividades diferentes, e que estabelece uma hierarquia que valoriza o trabalho “de homem” em detrimento do trabalho “de mulher”, pode ser identificado na cidade e no campo. Essa condição tem experimentado mudanças ao longo dos anos. Contudo, ainda é comum considerar as atividades realizadas nas roças, pelos homens, mais importantes do que as atividades desempenhadas pelas mulheres, em casa e nos seus arredores. Estudos acadêmicos e estatísticos não conseguem visibilizar as contribuições econômicas das mulheres no meio rural, tanto pela invisibilidade provocada pela divisão sexual do trabalho quanto pelos limites estreitos entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo (HIRATA *et al.*, 2009; FARIA, 2009; BUTTO *et al.*, 2014).

4 Resumo do projeto de extensão: A proposta do projeto de extensão justifica-se pela qualidade em procurar sanar algumas deficiências e restrições que circunscrevem as ações da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins, no município de Filadélfia, tomando como prioridade o bem-estar da população local, por meio de ações que atingem diretamente a qualidade de vida das pessoas. Desta forma, são apresentadas três linhas de ações, a saber: saneamento ambiental, saúde pública e confecção de tecnologia social no MONAF; introdução ao cooperativismo e gênero; técnicas agrícolas e segurança alimentar. Tais ações serão executadas junto à comunidade, por meio de escola municipal, agentes comunitários de saúde e assentamentos. O projeto está estruturado na linha teórico-conceitual de Desenvolvimento por meio de liberdades substantivas, de Amartya Sen e de tecnologias sociais, de Renato Dagnino. Cada ação apresenta diversas atividades, que serão executadas pela equipe do projeto em parceria com os funcionários do MONAF.

A menor valorização do trabalho das mulheres no campo, também, tem sua relação com a consideração de trabalho como apenas aquilo que gera uma renda, de modo que ao se considerar os benefícios das atividades feitas por todos da família, as atividades não remuneradas ou que geram menos renda são consideradas menos importantes (FARIA, 2009; SEN, 2010).

Neste sentido, o cenário de desvalorização e de ocultação do trabalho das mulheres só contribui para a sobrecarga de trabalho e o distanciamento delas em alcançar um desenvolvimento que tenha como base a conquista da expansão das liberdades humanas; o que inclui a emancipação feminina e a conquista de autonomia econômica.

Cientes dessa realidade, as autoras se propuseram a compartilhar a experiência procedente do Projeto de extensão junto às mulheres do Assentamento Recreio, no município de Filadélfia, estado do Tocantins. O projeto passou por alterações, devido ao contexto da pandemia Covid-19. Foi executado em intervalo menor de tempo, e obedeceu aos protocolos recomendados de saúde.

O objetivo em partilhar essa experiência é refletir sobre os caminhos que se fizeram por meio de uma roda de conversa sobre o tema agricultura familiar, destinada às mulheres, e que se tornou um momento de compartilhamento de saberes e de experiências com elas. E como tal ação pode contribuir para se pensar a extensão e a pesquisa que venham a colaborar com a visibilidade do trabalho delas. Além disso, cogitou-se apresentar algumas convergências entre a teoria feminista sobre mulheres rurais e os dados colhidos a partir da conversa, da aplicação de um questionário às assentadas, das informações obtidas com a presidente da associação e as informações de campo.

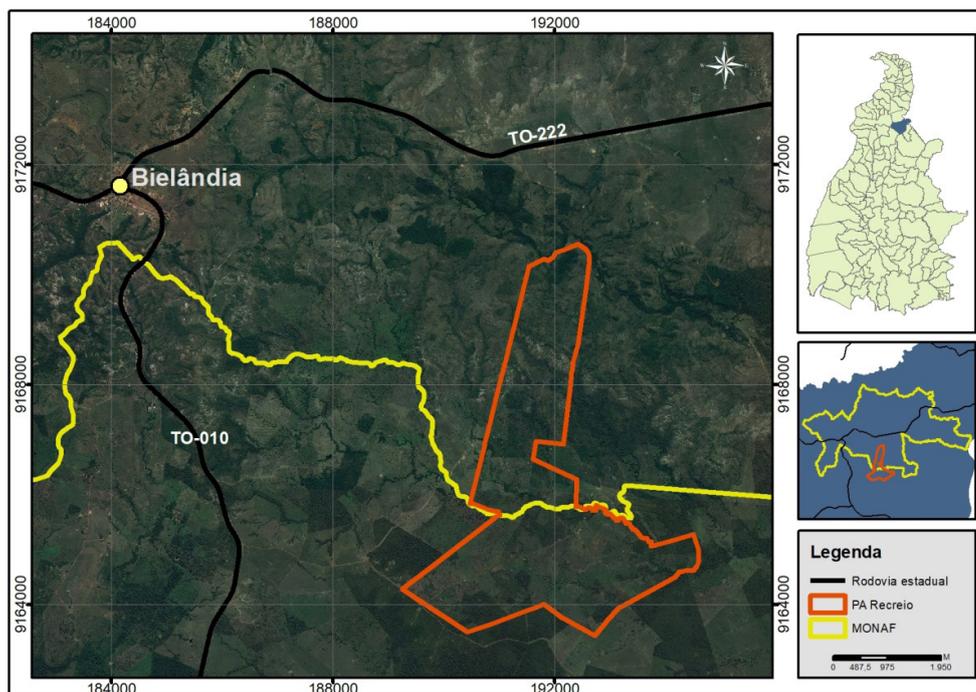
Ao longo do texto foram discutidas características da divisão sexual do trabalho no campo e sua relação com o desenvolvimento humano (SEN, 2010), além dos dados coletados e da experiência vivida durante a roda de conversa sobre agricultura familiar.

Área de desenvolvimento da extensão

O Assentamento Recreio foi implantado em julho de 1999⁵, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ele está localizado entre as zonas de amortecimento e de uso sustentável da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins no município de Filadélfia (TO) (Figura 1).

5 A complementação das informações sobre o Assentamento Recreio foi obtida por meio da presidente da Associação dos pequenos agricultores do PA Recreio, a Sra. Maria Aparecida, no dia 26-04-2021, por meio do whatsapp.

Figura 1- Mapa de localização do Assentamento Recreio.



Fonte: Benilson P. de Sousa, 2021.

Filadélfia é uma cidade de pequeno porte, com estimativa populacional de 8.874 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010, foi de 0,621, que para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o situa em um nível de Desenvolvimento Humano Médio. A população rural estimada em 2010, foi de 2.967 pessoas, sendo que 1.298 são representados por mulheres (IBGE, 2010).

Está localizada à margem esquerda do rio Tocantins. Parte da cidade foi coberta por água, pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito, no estado do Maranhão (CARVALHO; SIEBEN, 2019).

O assentamento está a 12 km de distância do distrito de Bielândia. O acesso é por meio da Rodovia estadual TO-010, em direção ao município de Barra do Ouro. Ao sair da rodovia, na altura do Km 8, o percurso é por meio de estrada de terra (Figura 1).

Natureza da pesquisa e da extensão

Por ser um Projeto de extensão derivado de um Projeto de Pesquisa, houve a necessidade de se fazer uso de alguns recursos da pesquisa. No sentido mesmo, de apresentar, *a priori*, uma incursão exploratória e descritiva da área de estudo. A pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva têm como características, respectivamente: a intenção de se familiarizar ou buscar informações preliminares sobre um determinado assunto e/ou registro descritivo de fatos encontrados sobre uma população ou fenômeno (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A linha de ação executada no projeto de extensão foi a Introdução ao cooperativismo e gênero. A intenção era atender um público maior de mulheres residentes do MONAF. Com a pandemia, reduziu-se o número de encontros e de participantes.

No desenvolvimento da extensão fez-se uso do levantamento bibliográfico. O método utilizado foi o de observadora participante (MARIETTO, 2018). Contato inicial foi realizado com a presidente da associação, para a obtenção de informações. Visitas foram feitas em algumas propriedades, para o conhecimento da área. Fez-se uso de anotações e a obtenção de imagens fotográficas para auxiliar na descrição do local.

A exposição do tema agricultura familiar ocorreu no dia 03/11/2020, terça-feira, à tarde, por meio de roda de conversa. O público presente eram mulheres residentes no assentamento. Após a roda de conversa e anotações, seguiu-se à aplicação de um questionário semiestruturado com a intenção de coletar informações básicas sobre as assentadas. As coletas foram realizadas mediante a existência do parecer substanciado emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número 2.026.020.

A invisibilidade do trabalho feminino no campo e o desenvolvimento como liberdade

No campo, a divisão que se faz entre as atividades consideradas femininas ou masculinas decorre, também, das características sócio construídas para cada sexo. É de costume que a casa e o quintal sejam considerados o lugar da mulher, e a roça e outros espaços mais distantes da casa, geralmente de onde provém alguma remuneração, sejam considerados o lugar do homem.

Na cidade, a separação é menos rígida, de modo que permita que ambos os sexos transitem entre os espaços. Mas, no campo, quando a mulher também faz algum trabalho na roça, esse trabalho é considerado uma ajuda, uma atividade de menor valor.

Em relação ao valor do trabalho realizado por cada sexo, tem-se que o trabalho masculino é considerado mais importante socialmente e, também, a ele, é atribuída a alcunha de trabalho “pesado”, enquanto que os trabalhos desempenhados pelas mulheres são considerados menos importantes, sub-remunerados ou não remunerados e são considerados um trabalho “leve” (MELO; SABBATO, 2009; BUTTO *et al.*, 2014).

Devido à persistência desse tipo de pensamento e de comportamento, há uma invisibilidade do trabalho feito pelas mulheres no campo. Insiste-se em não considerar os afazeres domésticos como trabalho, seja no campo ou na cidade. Adicionalmente, a sociedade e as próprias mulheres consideram tudo o que fazem como uma “extensão” do trabalho doméstico (BRUSCHINI, 2006; PAULILO, 2013; ONU MULHERES, 2016).

Desse modo, existe uma falha ou “subestimação” da contribuição produtiva das mulheres no campo pelas estatísticas oficiais, pois além da maioria dessas atividades serem consideradas como trabalho doméstico; ainda são, mesmo quando percebidas como produtivas, tidas como menos importantes.

Na verdade, as estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina ao trabalho nas lavouras, porque, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico (PAULILO, 2013, p. 285).

Devido à omissão e a subestimação do trabalho produtivo das mulheres ao plantar, ao criar e ao produzir, seja para autoconsumo ou para a venda, é comum considerá-las mais como donas de casa do que como trabalhadoras rurais.

Embora haja essa subestimação de atividades, as mulheres rurais participam da agricultura: plantam, criam animais, produzem; seja para o autoconsumo ou para a venda (TORRES; RODRIGUES, 2010; BUTTO *et al.*, 2014). Em outras palavras: “Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho” (SALES, 2007, p. 437).

Sob tais condições, vários movimentos e grupos organizados têm lutado para que haja o reconhecimento das mulheres do campo, como trabalhadoras, e, para que usufruam de direitos, quais sejam: o acesso às políticas públicas, à posse da terra, obtenção de uma renda, participar dos processos de comercialização, representar a família etc. (FARIA, 2009).

Uma questão importante para a autonomia econômica das mulheres rurais é o acesso à água. Esse recurso natural, no campo, muitas vezes não é apropriado ao consumo, seja pelas características físico-químicas que o compõe, em função das propriedades geológicas onde fica armazenado, seja pela contaminação por microorganismos, e/ou por estar distante das residências.

No estado do Tocantins, Parente (2015), em estudo sobre a vida das mulheres em reassentamentos, constatou maior demanda de tempo às lidas diárias quando a água é um recurso escasso ou inapropriado ao consumo. Os reassentamentos estudados pela autora são aqueles que se constituíram após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no estado do Maranhão. Lima *et al.* (2021) realizaram uma análise microbiológica da água consumida pelos residentes no reassentamento Uirapuru, na zona de amortecimento do MONAF. As águas são inapropriadas para o consumo, pela presença de coliformes totais.

Tal situação impacta o tempo que as mulheres gastam com as atividades domésticas, ao gerar uma sobrecarga que atrapalha a sua participação em atividades produtivas e pode atrapalhar as próprias atividades produtivas, uma vez que essas dependem da água para serem realizadas, a exemplo do que ocorre com os plantios e a criação de animais (BUTTO *et al.*, 2014; PARENTE, 2015; ONU MULHERES, 2016). Desse modo, “[...] acesso à água é um fator determinante para assegurar melhores condições sociais, econômicas e produtivas no meio rural, onde as condições de trabalho em geral são duras para as mulheres” (ONU MULHERES, 2016, p. 80).

Outra forma de colaborar para a visibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo no campo é romper com a separação das atividades por sexo. É preciso demonstrar que as atividades domésticas e de cuidados, as plantações e as criações dos quintais e outros tipos de produção que são feitos predominantemente por mulheres, mesmo quando não remuneradas, são tão importantes para o sustento da vida humana quanto as atividades feitas predominantemente por homens. O que reforça sempre que, o trabalho produtivo e o reprodutivo são interdependentes.

A teoria feminista argumenta que existe a necessidade de ampliar o conceito do que é econômico para além do que é monetário, pois a vida das pessoas e o próprio mercado têm necessidades que ultrapassam a obtenção de uma renda. Concomitante a essa afirmativa, soma-se à teoria do desenvolvimento humano (SEN, 2010), ao propor que o desenvolvimento de um

país não pode ser alcançado apenas por meio do crescimento de renda das pessoas (CARRASCO, 2008; SPECHT, 2009, SEN, 2010).

Desse modo, pensar o desenvolvimento é ponderar sobre a expansão das liberdades humanas. Na perspectiva de Sen (2010), existem as liberdades substantivas e as liberdades instrumentais. Conforme o autor, tais liberdades são, respectivamente: a) ter “capacidades” básicas como a de não passar fome, saber ler e escrever, ter participação política; b) possuir liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As liberdades instrumentais estão relacionadas aos direitos e às oportunidades que podem ser oferecidas na sociedade e que contribuem para a expansão da liberdade de uma pessoa (SEN, 2010). Especificamente sobre as mulheres, no processo de desenvolvimento, o autor pontua que, embora o trabalho não remunerado realizado por elas, em casa, exija muito tempo, é a renda o que mais influencia ao se calcular as contribuições dos membros de uma família, e não o trabalho não remunerado.

Sen (2010) legitima que a obtenção de renda pelas mulheres contribui para que elas se tornem mais autônomas, tanto em suas famílias quanto na sociedade em geral, sendo também um exercício de liberdade. Desse modo, “a divisão sexual do trabalho é mais uma das formas de agressão contra as potencialidades das mulheres como agentes do desenvolvimento” (PEREIRA, 2012, p. 434). Considerando essa perspectiva de desenvolvimento, pode-se dizer que:

Emancipar a mulher é desenvolver. Compreender que é fundamental pra a sociedade que a mulher tenha condições equitativas de trabalho, renda, educação, saúde, cidadania etc. é essencial para alcançarmos uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida (PEREIRA, 2012, p. 435).

Para além da perspectiva de liberdade de Sen (2010), o protagonismo e reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras vem sendo requerido pelas mulheres, movimentos sociais e mesmo por algumas instituições. É o caso, por exemplo, de alguns dos objetivos da Marcha das Margaridas de:

Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente [...] (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2018, n.p.).

Esse protagonismo, desse modo, está ligado à participação ativa de mulheres na economia, política e na sociedade em geral, decidindo sobre as suas próprias vidas e participando de ações que beneficiem tanto a si mesmas quanto às suas comunidades, além disso, é crucial reconhecer os seus trabalhos (remunerados ou não) (SEN, 2010; BUTTO *et al.*, 2014 e ACTIONAID, 2015).

Ao considerar que o desenvolvimento está intimamente ligado à expansão das liberdades humanas, pensar o desenvolvimento é pensar na liberdade das mulheres, no seu protagonismo e nos fatores que contribuem ou não com essa liberdade específica. Conseqüentemente, a visibilidade para as mulheres rurais enquanto trabalhadoras e não como ajudantes, ou como se fossem apenas donas de casa, colabora para que se tornem protagonistas ativas no processo de

desenvolvimento de suas comunidades. Por esse viés, é que se apresenta, inicialmente, um esboço do PA Recreio, local de moradia e vivência das assentadas.

Infraestrutura e (in) segurança hídrica no PA Recreio

No assentamento são encontradas 37 famílias, mas oito não residem de forma fixa. As famílias foram instaladas em momentos diferentes. As glebas têm dimensões variadas, de 3,0 a 8,0 alqueires e foram obtidas por meio de sorteio.

Algumas casas são de alvenaria, outras são alvenaria e madeira, ou adobe e madeira. Existe uma igreja católica (Nossa Senhora Aparecida) e uma igreja evangélica (Assembleia de Deus). Há um espaço comunitário, materializado por um galpão de madeira e telhado de folha de babaçu, que funciona como a sede do PA Recreio. Trata-se do local onde ocorrem as reuniões e as festas da Associação dos pequenos agricultores do PA Recreio. Há as ruínas de uma edificação, que sinalizam, outrora, a construção de uma escola, em 2010 (Figura 2).

Figura 2- Edificação não finalizada de uma escola no PA Recreio



Fonte: Tatiane M.V. Tavares, 2020.

Um dos principais problemas apontados pelas assentadas é a obtenção de água para o consumo. Dado o contexto geológico de localização do assentamento, quando a água é disponível, por meio de poço artesiano, ela é salobra, inapropriada para a ingestão humana. Existe um poço artesiano perfurado pelo INCRA, em 2004, com uma caixa d'água. A ela estão conectadas mangueiras pretas que chegam às residências (Figura 3). Nem todas as famílias são beneficiadas com esse poço.

Os outros meio de obtenção de água são pequenos poços perfurados pelos assentados, com seus próprios recursos e/ou os moradores buscam água em um poço artesiano em Bielândia, que está localizado próximo ao posto de gasolina. Nesse caso, como muitos dos assentados não possuem transporte próprio, pagam a um terceiro para efetuar o deslocamento da água. Os cursos de água dentro do assentamento são rasos e intermitentes, e secam no período de estiagem.

Figura 3- Caixa d'água instalada pelo INCRA



Fonte: Maria Aparecida G. da Silva, 2021.

A água é armazenada em diferentes tipos de recipientes. Duas propriedades no assentamento possuem cisternas para captação de água da chuva. Elas foram instaladas em 2018, por meio do *Projeto no caminho das águas*, da Cáritas Brasileira, que é uma organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da diocese de Tocantinópolis (TO). Pelas informações obtidas, as duas não estão em uso por estarem rachadas (Figura 4).

Figura 4- A. Cisterna instalada em um dos lotes do assentamento. B. Vasilhame que armazena água salobra utilizada para o canteiro e animais



Fonte: Tatiane M.V. Tavares, 2020.

A água salobra é ingerida pela maioria dos moradores, e também utilizada na higiene, na preparação de alimentos, na dessedentação dos animais de criação (bovinos, suínos e aves) e na manutenção de horta e/ou do canteiro.

O trabalho das agricultoras no assentamento recreio

O questionário semiestruturado foi aplicado às seis mulheres presentes na roda de conversa. Essas mulheres possuem idade de: 39, 43, 45, 45, 49 e 66 anos. Além disso, foi identificado que havia uma média de três pessoas por cada uma de suas casas. Quanto à escolaridade, duas tinham o ensino fundamental incompleto, uma tinha o ensino médio incompleto e três tinham o ensino médio completo.

O tempo de residência de cada mulher no PA Recreio é: cinco anos (uma mulher), 14 anos (uma mulher), 17 anos (duas mulheres) e 20 anos (duas mulheres). Levando em consideração a existência do assentamento, desde julho de 1999, há cinco mulheres entrevistadas que exibem mais de uma década residindo no assentamento. O que lhes confere melhor entendimento para abordar os problemas vivenciados no PA Recreio.

Elas foram questionadas sobre a produção e a criação que fazem em sua propriedade. A seguir, os dados são apresentados (Tabela 1).

Tabela 1- As produções e as criações das mulheres no PA Recreio

Produção e/ou criação de animais	Número de mulheres
Hortaliças	4
Criação de pequenos animais ⁶	6
Atividade extrativista ⁷	2
Roça ⁸	1
Abóbora	3
Queijo	1
Abacaxi	1
Criação de gado	1
Criação de porco	2

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Na Tabela 1 e na Figura 5 é possível ter uma ideia do que é produzido e criado no Assentamento Recreio. Indagadas sobre quais outros membros da família participavam dessa produção, todas responderam que além delas havia a colaboração dos companheiros. Mas não foi questionado o tempo deles nessa participação. Embora as mulheres que participaram da entrevista não tenham feito menção sobre a produção de farinha de mandioca, na prospecção de campo foi possível identificar que pelo menos uma propriedade tinha casa de farinha e a assentada afirmou produzi-la. A presidenta da associação informou que existem aproximadamente sete propriedades que produzem farinha.

6 Como galinhas.

7 Como a coleta de frutos do Cerrado para fabricação de polpa.

8 Milho, arroz, feijão, banana, mandioca, abóbora.

Figura 5 - A. Criação de aves e porcos. B. Canteiro produzido por mulher



Fonte: Maria Aparecida G. da Silva, 2021.

A partir do relato das assentadas, é importante destacar que, assim como mencionado na teoria feminista, a participação das mulheres rurais não se dá apenas por meio da realização do trabalho reprodutivo, mas também por meio do trabalho produtivo, por meio do plantio e da criação de animais. O que contribui para o sustento de suas famílias e por ser uma fonte de renda (SALES, 2007; TORRES; RODRIGUES, 2010; BUTTO *et al.*, 2014).

Das seis mulheres entrevistadas, cinco responderam que produzem e/ou criam para o autoconsumo e para a venda. Uma delas informou ser apenas para autoconsumo. Na Tabela 2 é possível acompanhar os tipos de produtos e animais que são comercializados pelas mulheres.

Tabela 2- Produtos vendidos pelas mulheres

Produtos vendidos	Número de mulheres
Polpa de fruta	3
Galinha	2
Queijo	2
Cheiro verde	1
Alface	1
Macaxeira	1
Porco	1
Ovos	1
Frutas	1

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

O principal produto vendido pelas mulheres é a polpa de fruta e, em segundo lugar, a galinha e o queijo. Os frutos são obtidos no período de safra. São os frutos disponíveis nos quintais. Assim, conforme Castro *et al.* (2015, p. 427):

A produção de polpas de frutas congeladas surge como excelente alternativa no aproveitamento do excedente desses vegetais, podendo ser elaborada nas épocas de safra e permitindo a oferta das polpas nos períodos de entressafra, evitando os problemas ligados à sazonalidade.

Merece atenção, neste ponto, os cuidados com a produção e manuseio de polpa e queijo, ou seja, com as condições higiênico-sanitárias, uma vez que são produtos comercializados. Essa situação conduz a outro tipo de estudo, sobre os parâmetros de qualidade.

Uma das mulheres chegou a mencionar que havia vendido polpas de fruta e hortaliças ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas que não pudera mais continuar a acessar o programa pela falta de transporte de que padece os assentados. Assim, essas assentadas extraem, plantam, produzem e criam animais que servem para o seu sustento e renda.

Por outra linha de pensamento, pode-se pensar em uma alternativa sustentável e viável nos assentamentos que favoreçam não apenas os programas da agricultura familiar, mas também um plano de envolvimento de produtos com selo de qualidade.

A respeito do lugar em que os produtos são comercializados, tem-se na Tabela 3 que:

Tabela 3- Local de comercialização dos produtos

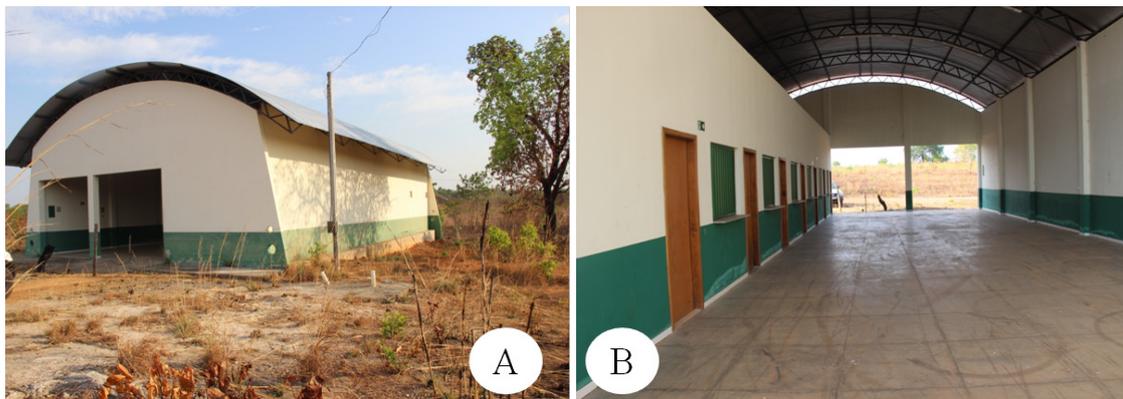
Local de comercialização	Número de mulheres
Cidades próximas	4
Na propriedade	2
Venda para comerciantes	1

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Assim, a maior parte das mulheres vende seus produtos em cidades próximas, na propriedade, para os vizinhos e os visitantes. Ressalta-se que na roda de conversa, as mulheres reafirmaram as dificuldades de comercialização, pela ausência de transporte, um obstáculo à participação em programas de fomento à agricultura familiar.

Em conversa com uma das mulheres residentes no assentamento, durante a prospecção de campo, ela informou que em Bielândia, foi construído um galpão para servir de exposição e venda dos produtos dos pequenos produtores rurais locais. Contudo, em sua opinião, a localização do galpão é distante da TO-222, o que dificultaria a venda dos produtos aos transeuntes. Ao término da execução do projeto de extensão (30/11/2020), o galpão não tinha sido inaugurado, devido à pandemia (Figura 6).

Figura 6- A-B. Imagens do galpão destinado à venda de produtos dos pequenos agricultores locais. Localizado no distrito de Bielândia



Fonte: Tatiane M. V.Tavares, 2020.

Quando indagadas sobre outras fontes de renda, quatro delas informaram não possuir outra fonte, uma informou ser aposentada, e a outra vendedora de gado. Assim, se percebe que para essas agricultoras, o trabalho produtivo é importante para o seu desenvolvimento econômico. As dificuldades que elas relataram sobre a água e o transporte impactam diretamente em suas vidas e pode ser um dos fatores que limitam a expansão de suas liberdades (SEN, 2010; PEREIRA, 2012).

Em uma primeira tentativa de identificar a forma como ocorre a divisão sexual do trabalho no assentamento, foi solicitado às mulheres que descrevessem as atividades feitas por elas em suas propriedades e as que eram feitas por seus companheiros (Tabela 4).

Tabela 4- Função de homens e de mulheres.

Funções desempenhadas por	
Homens	Mulheres
Cuidar dos animais grandes (3)	Cuidar de hortas e/ou canteiros (6)
Roça (2)	Animais menores (3)
Tirar leite (1)	Produção de polpas (2)
Produção de farinha (1)	Cuidar das aves (2)
Ajuda molhar as plantas (1)	Produção de queijo (1)
Ajuda (1)	Cuidar da casa (1)
Criação de porco (1)	Cuidar dos porcos (1)

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Por meio das principais respostas, nota-se que todas as mulheres cuidam de alguma horta ou canteiro. Os homens, por sua vez, foram mencionados por cuidarem dos animais grandes, da roça e os demais fazem outras atividades consideradas pesadas ou ajudam nas atividades que as mulheres fazem.

Neste primeiro levantamento é possível identificar uma divisão entre homens e mulheres no desempenho das atividades, mas não é possível assegurar que a separação seja uma realidade no assentamento e tampouco mensurar se há hierarquização entre as atividades. Na literatura feminista, a hierarquização compreende os trabalhos feitos por homens e que são considerados mais importantes que os das mulheres.

Em relação às mulheres que participaram da roda de conversa, por meio de suas falas, percebe-se que a divisão de trabalho entre homens e mulheres e a hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino faz parte da realidade. Indaga-se se esta situação se estende por todo o PA Recreio.

Roda de conversa: o diálogo entre mulheres sobre agricultura familiar e Políticas Públicas

O objetivo da roda de conversa sobre a agricultura familiar era conferir se as assentadas tinham contato com o tema e/ou participação em algum programa da agricultura familiar, para discutir possibilidades de participação em políticas públicas que pudessem contribuir com o desenvolvimento delas.

As autoras, perspicazes em relação ao modo como as próprias mulheres não se reconhecem como trabalhadoras, mas como donas de casa, inseriram à roda de conversa alguns pontos sobre a relação das mulheres com a agricultura familiar, para garantir que esse assunto fosse discutido, mesmo não sendo o objetivo principal do encontro.

No entanto, esse cuidado foi dispensado, pois no dia da ação só apareceram mulheres⁹ e as pesquisadoras que as aguardavam. Desse modo, o que era pra ser um ponto na discussão, tornou-se a discussão em si, no sentido de que elas relatassem a sua realidade.

Alguns conceitos foram apresentados na roda de conversa, por constituírem o cerne da agricultura familiar: tamanho da propriedade, tipo de produção e forma de cultivo, bem como a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Houve menção de pontos positivos da produção familiar, como o emprego de técnicas de cultivo e extrativismo, advindas de práticas tradicionais e de um conhecimento popular que, muitas vezes, é mais sustentável do que as técnicas utilizadas nas monoculturas, além de um melhor aproveitamento do solo.

O diálogo com as mulheres oscilou entre momentos de raiva e instantes hilários. À guisa de exemplo, foi questionado a elas se faziam uso de fertilizantes químicos nas plantações de hortaliças. Uma delas respondeu que usava apenas produtos naturais, como a Barrage¹⁰.

Foram apresentados a elas os três programas da agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação

9 A reunião ocorreu na igreja católica Nossa Senhora Aparecida, com as janelas e portas abertas, com orientação de distanciamento físico, utilização de álcool em gel e uso de máscara.

10 Barrage é um medicamento de uso veterinário destinado ao combate de carrapatos e moscas que acometem os animais e os ambientes infestados. Os agricultores fazem uso do medicamento como um paliativo no combate de diversas pragas que acometem as plantações.

Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A intenção, ao fazer menção aos programas, era mostrar-lhes a possibilidade de participarem, na condição de agricultoras familiares, de políticas públicas. Conferindo-lhes um auxílio no fomento de suas produções e consequente obtenção de trabalho e renda.

No diálogo sobre políticas públicas, uma das agricultoras informou ter participado do PNAE pelo período de dois anos, fornecendo polpa de frutas e hortaliças (principalmente alface), mas que não conseguira se manter como beneficiária, por haver muita dificuldade no deslocamento dos produtos da sua propriedade até o distrito de Bielândia, em razão da mesma não ter transporte.

A partir deste relato, outras mulheres afirmaram que a ausência de um veículo e a insalubridade da água são situações negativas que as desencorajam de participar das políticas públicas. Informaram que a água salobra é um problema enfrentado por todos os residentes do PA Recreio. Em relação ao transporte, mesmo aqueles moradores que têm uma moto, levam a produção na garupa, em pequenas quantidades ao destino. Em outro cenário, há a necessidade de pagar alguém para efetuar o transporte, para que o produto seja escoado.

Por certo, a insegurança hídrica no assentamento é um elemento gerador de vulnerabilidade social. E também pode ser considerada a privação de um tipo de liberdade instrumental conforme argumentado por Sen (2010). Primeiro por restringir a execução de funções básicas à vida, como a ingestão e a higienização, segundo, por promover a perda da independência econômica das mulheres (PARENTE, 2015). Assim, os programas existem, mas as mulheres não conseguem participar (oportunidade) por lhes faltarem outros recursos considerados essenciais, quais sejam, a água potável de boa qualidade e o transporte para escoar a produção. Como bem colocado por Garcia e Cleps Jr. (2012, p. 80):

Na agricultura, a produção deve ser baseada em uma utilização adequada da água. A autosuficiência de um agricultor só é conseguida por meio da segurança hídrica, pois uma terra sem acesso a água não pode produzir e, sendo este um elemento básico e imprescindível para a produção agrícola, a sua falta ou dificuldade de acesso compromete não apenas a produção, mas a própria vida do agricultor.

Outra preocupação que surge é em relação à qualidade microbiológica da água ingerida. No reassentamento Uirapuru, por exemplo, localizado na zona de amortecimento do MONAF, foram identificados coliformes fecais na água que os reassentados fazem uso (LIMA *et al.*, 2021). A água salobra e portadora de coliformes fecais sugere atenção às condições de saúde da população, especialmente no caso em que o cloro, por opção ou desconhecimento, não é adicionado à água.

Houve a incursão sobre os quintais produtivos e a importância deles para a segurança alimentar e nutricional, na roda de conversa. Para melhor situar o tópico abordado, Strate e Costa (2018, p. 3737) esclarecem que:

Os quintais são uma das formas mais antigas de manejo na terra, consistem em uma combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, e ornamentais, algumas vezes associados à pequena criação de animais domésticos, ao redor da residência. Tradicionalmente, o manejo e cuidado destes quintais é atribuído a mulher, bem como o processamento dos alimentos consumidos pela família. Práticas alimentares como a

produção para o autoconsumo, são desenvolvidas pelas mulheres e historicamente vem contribuindo para a segurança alimentar.

Sob os quintais, as mulheres reiteraram o problema da água salobra, e mencionaram ter dificuldade até para regar, devido à precipitação do sal próximo às plantas, que as matam. Uma delas mencionou que a melancia, era um cultivo que não se desenvolvia, não crescia, não ficava “docinha”, devido às más condições da água.

Conforme apresentado no referencial teórico, uma premissa importante para o desenvolvimento econômico das mulheres rurais é a garantia do acesso a água, o que nesse caso poderia contribuir diretamente com a possibilidade dessas mulheres diversificarem os produtos que plantam. Seria oportuno pensar em pesquisas futuras sobre mecanismos de dessalinização de água no assentamento, com as devidas ressalvas para a região norte, como uma tecnologia social. Essa intervenção tem sido realizada em cidades do nordeste (MARINHO *et al.*, 2015; PINHEIRO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2020).

Por último, e não menos importante, referiu-se sobre a divisão sexual do trabalho, que na maioria das vezes, faz com que as atividades produzidas pelas mulheres sejam consideradas menos importantes.

Nesse ponto, a discussão fluiu exaltada. Todas as mulheres presentes concordaram que o trabalho realizado no lar era tido como “fazer nada”, sendo o cuidado do lar uma obrigação das mulheres e das crianças. Algumas relataram que ao lamentar sobre o cansaço do dia a dia, ouviam dos companheiros a indagação: “Cansada de quê? Não faz nada além de ficar em casa!”. Esse foi um dos momentos de maior participação e indignação das participantes.

Considerações finais

O Projeto de extensão oportunizou um melhor conhecimento sobre a infraestrutura e as condições das assentadas do PA Recreio. Assim, conforme os objetivos elencados, quais sejam: descrição da produção, conhecimento do acesso às políticas públicas da agricultura familiar e eventuais problemas enfrentados no PA, foi possível identificá-los e descrevê-los. Desse modo, fazem-se presentes restrições de ordem natural, por meio de água salobra, imprópria ao consumo; econômica, pela ausência de um transporte que facilite a mobilidade e escoamento do que é produzido; e a social, pela invisibilidade do trabalho das mulheres. A divisão sexual do trabalho e a hierarquização do trabalho masculino foram detectadas nas conversas, mas não se pode extendê-las ao assentamento. Condição está que sugere uma pesquisa mais apurada.

Sob as circunstância expostas e em observância à teoria de desenvolvimento como liberdade, têm-se a privação de um recurso natural importante, que está fortemente vinculado à saúde e à produção. Mesmo na existência de programas que atendam a agricultura familiar, as mulheres se veem impossibilitadas de participarem, ou seja, as oportunidades não são aproveitadas.

Por meio dos dados obtidos e do diálogo com as mulheres, e levando em consideração o tempo de residência no PA, o que lhes compete profundo conhecimento sobre o local, observa-se

uma convergência sobre a percepção delas e a teoria feminista, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho. As mulheres do PA não são apenas donas de casa, elas produzem, coletam, plantam, criam, consomem e comercializam os seus produtos. Consoante a tal situação, comentaram que as atividades domésticas não eram consideradas, pelos companheiros, um trabalho importante e cansativo à guisa de qualquer outro.

Enquanto possibilidade de superação aos desafios apresentados, talvez o primeiro a ser abordado seja a água. Incursoes à tecnologia social de dessalinização das águas dos poços artesianos têm recebido atenção em outros estados brasileiros. Parceria entre a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e outras instituições de ensino superior que apresentam experiência com a tecnologia, possa obter bons resultados em benefício aos assentados, a exemplo do que ocorre no estado de Pernambuco.

Quanto ao plantio e à criação de animais, instruções técnicas são bem vindas, sempre com a intenção de auxiliar a (o) agricultora (o) familiar a melhorar a sua produção. O fornecimento de cursos sobre autogestão, economia solidária, manipulação, produção de alimentos e análise microbiológica de polpas para o autoconsumo e venda, a depender da demanda das assentadas, podem ser ofertados pela UFNT, a partir dos cursos de Graduação, Núcleos e Programas de Pós-graduação que exibem tal inclinação. É claro que um esforço conjunto entre a prefeitura municipal, por meio do planejamento urbano se torna essencial.

Sob uma condição produtiva do assentamento, para além dos circuitos de venda da produção procedente da agricultura familiar, outro meio a se pensar como rota de exposição dos produtos dos agricultores é pela via de divulgação na Unidade de Conservação, por meio de um compromisso voltado à Educação Ambiental e ao desenvolvimento sustentável, conforme o Sub-Programa de Monitoramento Ambiental, disponível no Plano de Manejo do MONAF e pelo Conselho Consultivo da UC.

Projetos de extensão em trabalho conjunto com as mulheres e outros interessados são essenciais para prover discussões que sejam do interesse delas. E contribuir com a visibilidade do trabalho que elas assumem no campo. Incursoes sobre os quintais produtivos e a importância para a segurança e soberania alimentar e nutricional são fundamentais. Sob o viés da observação de Simonian (2018, p. 135) em uma UC, a autora nos apresenta:

Na sequência, há de se garantir os recursos necessários para a implementação de projetos produtivos fundamentados na sustentabilidade, o que por sua vez implica em educação de qualidade, saúde, fiscalização e respeito à diversidade cultural. Só assim se poderá alcançar uma responsabilidade socioambiental plena e a serviço da sociedade.

Por fim, por meio do levantamento preliminar realizado, sob a perspectiva de desenvolvimento como expansão das liberdades humanas, e, porque não, de gênero, ressalta-se a necessidade de ouvir e discutir as contribuições econômicas das mulheres rurais, bem como os problemas que enfrentam e as desigualdades que afetam o seu desenvolvimento. Para tanto, se faz necessário tornar visível os seus relatos, dar nome as atividades que fazem e pensar no refinamento desse estudo. Esse é um caminho no sentido de reduzir a invisibilidade que atinge as agricultoras.

Referências

ALMEIDA, N de C.; TAVARES, T. M. V.; RIBEIRO, P. C. C.; SILVA-MELO, A; LUIZAGA, L. M. Do saneamento como bem universal à precária realidade de Bielândia (Filadélfia-TO); diálogos entre agentes de saúde, escola municipal, assentados e universidade. In: IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. **Anais**, Palmas. 2020. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/isdeceac2020/292129-do-saneamento-como-bem-universal-a-precaria-realidade-de-bielandia-\(filadelfia-to\)--dialogos-entre-agentes-de-sau/](https://www.even3.com.br/anais/isdeceac2020/292129-do-saneamento-como-bem-universal-a-precaria-realidade-de-bielandia-(filadelfia-to)--dialogos-entre-agentes-de-sau/). Acesso em: 3 mai. 2021.

ACTIONAID. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. Brasil, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://actionaid.org.br/wpcontent/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

BRITO, Fernanda. Pereira. **Desenvolvimento e o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres que residem no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (Filadélfia-TO)**. 186 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais). Araguaína, UFT, 2019.

BUTTO, Andréa; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.) **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CASTRO, T. M. N.; ZAMBONI, P. V.; DOVADONIS, C. N. A; RODRIGUES, L. J. Parâmetros de qualidade de polpas de frutas congeladas. **Rev Inst Adolfo Lutz**, v. 74, n. 4, p. 426-436, 2015. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2015/ses-33952/ses-33952-6269.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

CONCEIÇÃO, Domingas Maria da; TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; CISNEROS, Juan Carlos; KURZAWA, Francine; ALENCAR, Marina de Alcântara; FILHO, Miguel Pacífico Filho; SILVA-MELO, Adolfo; AIRES, Hermísio Alecrim. Geoconservation of Permian Petrified Forests from Northeastern Brazil. In: Iannuzzi R., Rößler R., Kunzmann L. **Brazilian Paleofloras**. Springer: Cham, 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90913-4_13-1.

COSTANTIN, Aline Maria; PIRES, Etienne Fabbrin; JASPER, André. O olhar de um grupo de atores sociais sobre o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. **Revista estudo e debate em gestão e planejamento**, v. 24, n. 1, p. 106-132, 2017. Disponível em:

<http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1161/1128>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DIAS-BRITO, D; ROHN, R.; CASTRO, J. C.; DIAS, R. R.; RÖSSLER, R. Floresta petrificada do Tocantins Setentrional: o mais exuberante e importante registro florístico tropical-subtropical permiano no Hemisfério Sul. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; BERBERT-BORN, M.; QUEIROZ, E. T.; CAMPOS, D. A.; SOUZA, C. R. G.; FERNANDES, A. C. S. (Ed.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília, DF: CPRM, 2009. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/sitio104/sitio104_impreso.pdf. Acesso em: 2 jun. 2013.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

GARCIA, Jéssica Cristina, CLEPS JUNIOR, João. Segurança hídrica e o desafio de produzir sem acesso a água em assentamentos de reforma agrária do município de Uberlândia-MG. **Agrária**, n. 16, p. 63-94, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/80949/101836>. Acesso em: 5 maio 2021.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER; Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

IANNUZZI, R. *et al.* Re-evaluation of the Permian macrofossils from the Parnaíba Basin: biostratigraphic, palaeoenvironmental and palaeogeographical implications. In: DALY, M. C. *et al.* **Cratonic Basin Formation: A Case Study of the Parnaíba Basin of Brazil**. Geological Society, London: Special Publications, 2018. Disponível em: <http://sp.lyellcollection.org/content/early/2018/07/02/SP472.14>. Acesso em: 9 abr.2020.

JUNIOR, J. C. O. P. As indústrias líticas dos depósitos quaternários do médio curso do rio Tocantins na região da UHE Estreito. In: PEDREIRA, A. C. **A região da UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana**. Palmas: UNITINS, 2014.

BASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

LIMA, Ana Chrystinne Souza; MONTEIRO, Lilyan Rosmary Luizaga de; TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; TEIXEIRA, Raires Lisboa; SANCHES, Heloísa Negri; SILVA-MELO, Adolfo. Desafios em saneamento rural no Reassentamento Uirapuru (Filadélfia - TO). **Latin American Journal of Business Management**, v. 12, n. 1, p. 135-143. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Gênero e Trabalho Rural 1993/2006. *In*: DI SABBATO, Alberto *et al.* **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

MOREIRA, L. L., MAIA, A. C. R. A educação ambiental no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. **Revista Sitio Novo**, v. 4, n. 1. p. 217-231, 2020.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras**: caminhos de transformação econômica e social. Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e (in) sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins. **Revista OPSIS**, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33722/20060>. Acesso em: 3 maio 2021.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO: fome e mulheres rurais. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 2, p. 285- 10, 2013.

PEDREIRA, A. C.; ZIMMERMANN, M. A. C. Programa SALTESTREITO: a pesquisa na abrangência da UHE Estreito. *In*: PEDREIRA, A. C. **A região da UHE Estreito**: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana. Palmas: UNITINS, 2014.

PEREIRA, Amanda Gonçalves. **Divisão sexual do trabalho**: limitação à igualdade de gênero e ao desenvolvimento, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/375/211>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani. **Cesar de Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, P.C.C, Silva, L. B.; TAVARES, T.M.V. Gestão participativa e educação ambiental no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. *In*: **Educação ambiental**: Seabra.

MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i4.2717>.

NEREGATO, R.; RÖßLER, R.; NOLL, R. Growth Architecture Diversity Among Permian Calamitaleans in Brazil. *In*: Iannuzzi R., Rößler R., Kunzmann L. **Brazilian Paleofloras**. Springer, Cham., 2020. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-90913-4_8-1. Acesso em: 3 maio 2021.

RÖßLER R; NOLL R.; ANNACKER V., NIEMIROWSKA S. Interrelatedness of Biota Revealed in Fossil Trees from the Permian Fossil Forest of Northern Tocantins, Central-North Brazil. In: Iannuzzi R., Rößler R., Kunzmann L. **Brazilian Paleofloras**. Springer, Cham, 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90913-4_11-1. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-90913-4_11-1. Acesso em: 3 mar. 2021.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Contextualização Estadual e Regional do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins**. Encarte 2. Disponível em: http://187.29.146.80/site_media/upload/gestao/documentos/Plano_de_Manejo_MONAF_-_Encarte_2.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins e Zona de Amortecimento**. Encarte 3. Disponível em: http://gesto.to.gov.br/site_media/upload/plano_manejo/Plano_de_Manejo_Encarte_3_-_UC_e_Zona_de_Amortecimento.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente.. **Planejamento da Unidade de Conservação**. Encarte 4. Disponível em: http://187.29.146.80/site_media/upload/gestao/documentos/Plano_de_Manejo_MONAF_-_Encarte_4.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

SPECHT, Analine Almeida. **Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, Suplemento, 2009. gov.br/o2776316&ved=0ahUKEwje-iRo9DVAhWIVjAKHSuGCrkQFggdMAA&usq=AFQjCNH98IA5cJHErm56RI6W2dj6supYdA Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, Adriano Oliveira; BRITO, Yohanna Jamilla Vilar de; BEZERRA, Vanessa Rosales; LIMA, Geralda Gilvânia Cavalcante de; MEDEIROS, Keila Machado de; LIMA, Carlos Antônio Pereira de. Potabilização de água salobra por meio de um dessalinizador solar portátil com refletores de radiação integrados. *Águas Subterrâneas*, v. 34, n. 3, p. 285-295, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/ras.v34i3.29923>.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 118-139, 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58920. e-ISSN 2176-9109.

TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; Aires, HERMÍSIO Alecrim; PIRES, Etienne Fabbrin; ROHN, Rosemarie. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins: Contribuições e Desafios. **Revista desafios**, v. 3, n. 2, p. 51-64, 2016. Disponibilidade em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2549/9290>. Acesso em: 23 ago. 2020.

TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; ALENCAR, Marina de Alcântara; FILHO, Miguel Pacífico. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF): política pública ambiental e patrimonial. *Revista humanidades & inovação*, v. 7, n.14, p. 225-244, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3428>. Acesso em: 18 dez. 2020.

TOCANTINS (Estado). Medida Provisória nº 370 de 11 de setembro de 2000 e alterada por Lei nº 1.179, de 4 out. 2000. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, nº 981, Tocantins 18 out., 2000b.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. *In: SCOTT, P.; Cordeiro, R; MENEZES, M. Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS. SITE. **Marcha das Margaridas**. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139. Acesso em: 4 mar. 2021.